

CAMPUS



NO RASTRO DO JAVALI

Porcos selvagens se aproximam do DF e preocupam agricultores

TECNOLOGIA

ROBÔ “CINEGRAFISTA”

Universitários e professores criam braço mecânico que guia cirurgias abdominais

EDUCAÇÃO

UMA OUTRA OPÇÃO

Profissionais formados em cursos técnicos relatam como se estabeleceram no mercado

SAÚDE

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Instituições aliam fé, psicologia e trabalho voluntário no tratamento de dependentes químicos

CARTA DA EDITORA

Isis Aisha
Editora-chefe

Após retirar a poeira com o primeiro jornal do semestre, o **Campus** retorna na edição 431. Entramos no ritmo e agora, após um pouco mais de experiência, estamos prontos para cometer novos erros. Afinal, isso é aprender. Estar atento para não repetir os deslizos e com as novas falhas aprender para o futuro. É esse o papel de um jornal laboratório. Estamos nos preparando para uma carreira e, para muitos, é apenas o começo.

Este jornal é fruto do esforço de um grupo de alunos. Nele temos a oportunidade de escrever, editar e diagramar reportagens um pouco mais aprofundadas que o habitual e que circularão por toda a Universidade e arredores com seus 3 mil exemplares.

OMBUDSKVINNA*

Anna Caroline Magalhães

A cada semestre um grupo diferente ocupa a redação do **Campus** e deixa sua identidade nela. Nesta primeira experiência da nova turma, duas coisas chamam atenção de primeira: reportagens que trazem uma atenção especial – e necessária – ao falar de gênero e a presença quase maçante da Universidade na maioria das matérias, tanto pautas desenvolvidas dentro dela como o grande número de fontes e personagens estudantes da UnB.

A reportagem da capa *Por que elas?*, de Paula Évelyn, traz dados alarmantes sobre as diferenças nos diagnósticos de transtornos afetivos para mulheres e homens. A matéria consegue perpassar por diferentes pontos de vista, por meio de uma variedade satisfatória de especialistas, e explicar de maneira clara o problema, com a sensibilidade e cuidado necessários na hora de falar sobre gênero. Já a matéria *Depois do luto* explica, de forma pouco profunda, os problemas de segurança da Universidade e as medidas tomadas após a morte da estudante Louise.

Em *Arrepios virtuais*, de Natália Ribeiro, o assunto interessante se perde um pouco na falta de explicação.

Nesta edição, percorremos desde questões ambientais, como a matéria de capa, explicando sobre a aproximação de javalis selvagens à nossa cidade e seus impactos ambientais, até a última página, com a explanação da vertente cultural dos mamulengos no Distrito Federal.

O jornal passa por temas como a agricultura familiar, educação com ensino técnico e escolas de inglês que estão em alta mesmo em crise econômica. E por falar em crise, mostramos como a venda de vinhos foi afetada.

Na área de saúde, comunidades terapêuticas, voluntários que ajudam pessoas com doenças raras e o desenvolvimento de tecnologia para auxiliar em cirurgias são relatadas. Tudo feito com carinho. Aproveite seu exemplar.

*Feminino de ombudman, termo que significa "provedor de justiça", a ombudskvinna discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

ASMR é um tratamento? Médicos recomendam? Há alguma corrente que não apoia? Quais são os argumentos? O que exatamente é? Todos podem fazer? Além disso, a ilustração passa a ideia de algo infantil, o que não combina com a matéria. É preciso tomar cuidado com as imagens escolhidas, elas também são informações.

Na matéria *Mais que sensualidade*, de Isis Aisha, a repetição de palavras incomoda a leitura e se torna difícil identificar o principal foco da matéria. O que também acontece em *No caminho da inovação*, de Judith Aragão. Em *Rúgbi em Samambaia*, de Joana de Albuquerque e José Eduardo Cruz, o problema se repete, mas a matéria chama atenção por sair do ambiente Plano Piloto, o que é importante no jornal.

A dica agora é experimentar. Aproveitar a oportunidade de fazer parte de um jornal laboratório para explorar pautas mais diversas em espaços e com pessoas variadas, nem sempre ligadas ao ambiente universitário. A experiência pode enriquecer o jornalismo de cada um. A hora é agora. Aproveitem!

NA FILA

Muitos dos universitários investem em aulas de inglês, espanhol, ou até em línguas um pouco mais distantes da nossa cultura, como o japonês e alemão. O jornal **Campus** foi até algumas filas para descobrir: uma segunda língua influenciou na sua vida acadêmica? Por quê?



Ana Carolina

Ciências Biológicas

“No ensino médio não influenciou tanto, era mais para o vestibular. Na universidade, com o conhecimento do meio científico, eu precisei muito de uma segunda língua.”

Fabio Kasahara

Arquivologia



“A teoria arquivista ainda não está bem consolidada no Brasil. A gente constantemente precisa ler essas matérias diretamente em outras línguas.”



Marcela Ludmila

Bibliotecária

“Uma segunda língua foi muito importante pra mim, pois alguns códigos de catalogação mundial são em língua espanhola.”

Saulo Cardoso

Mecatrônica



“Acredito que ter conhecimento de uma segunda língua te abre portas para participar de conferências e ter acesso à produção bibliográfica de outros países.”

MEMÓRIA

Na edição número 34 do ano 1981, o jornal **Campus** tratou da questão alimentícia com a matéria nomeada como *DF ainda não produz seus alimentos*, assinada por Graça Ramos. Na publicação, são divulgados dados sobre a importação de produtos para a cidade. Na época, 80% dos produtos eram originários de estados como São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Nessa matéria é pontuada a

1981

difficuldade de produção pela limitação de área e fertilidade do solo. Nesta nova edição, voltamos a abordar o assunto da produção alimentar, desta vez, focamos na agricultura familiar. Desde 2010, de acordo com a Emater, o DF é autossuficiente em algumas hortaliças e o excedente é vendido para outros estados. A matéria levanta algumas histórias de agricultores que estão contribuindo para esse cenário e construindo suas vidas.



EXPEDIENTE

Editora-chefe: Isis Aisha
Editor de arte: João Galvão
Editores: Joana de Albuquerque, José Eduardo Cruz, Luisa Bretas e Valquíria Homero
Repórteres: Ana Rita Barbosa, Emília Felix, Gabrielle Freire, Giovanna Maria da Silva, Hugo

Evaristo, Judith Aragão, Laio Seixas, Lucas Santos, Luisa Lopes, Naiara Albuquerque, Natália Ribeiro, Paula Évelyn, Thaís Ellen e Thayssa Souza
Fotógrafas: Maria Luiza Diniz, Marina Torres e Terra Thaís
Monitora: Ana Carolina Fonseca
Projeto Gráfico: Amanda Venício, Anna Luiza Félix,

Bárbara Cruz, Bianca Marinho, Luiza Antonelli, Maria Paula Abreu, Matheus Bastos, Wenderson Oliveira, Raphaelle Caixeta e Renan Xavier
Professores: Sérgio de Sá e Solano Nascimento
Gráfica: Coronário
Tiragem: 3 mil exemplares

Jornal-laboratório da
Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília
jornalcampusunb1@gmail.com

EDUCAÇÃO

A VEZ DOS TÉCNICOS

Formação qualificada em cursos profissionalizantes é uma alternativa para inserção no mercado de trabalho

EMÍLIA FELIX

O técnico em edificações Jeorge Veloso chegou ao topo da carreira. Ele começou como porteiro e viu o salário triplicar quando conseguiu o primeiro emprego na área de construção civil, ainda como assistente. Desistiu de uma formação superior na área de informática para continuar com o curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o trabalho na construtora. Foi muito feliz em sua escolha: “Hoje com a renda que eu tenho vejo algumas pessoas da área de informática e tecnologia onde trabalho e o salário não chega nem perto do meu, mesmo para pessoas com nível superior”, compara o técnico.

Em 2014, mais de um 1,3 milhão de pessoas se matricularam em cursos técnicos no Brasil, 23.729 apenas no Distrito Federal, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A educação profissional hoje é muito mais do que o aprendizado de um ofício. É também oportunidade de estudo para quem não tem condições de fazer uma faculdade e uma maneira mais ágil de ingressar no mercado de trabalho. Para a técnica em Química pelo Instituto Federal de Brasília (IFB) Maria do Socorro, “o mercado está exigente e quer uma coisa mais rápida”.

Depois de 15 anos trabalhando como cobradora de ônibus e sem pisar numa sala de aula havia 25 anos, Maria viu sua vida mudar tanto no conhecimento como na parte acadêmica, com um salário que chegou a triplicar após sua contratação, antes mesmo da formatura. “Uma coisa caminhou junto com a outra. Ter começado a estudar abriu essa oportunidade para mim”, afirma a técnica, que trabalha em uma multinacional em Anápolis (GO). Ela continua se especializando na área.

Um destino muito visado pelos técnicos recém-formados são empresas multinacionais. Para Veloso, foi ingressando em uma que sentiu reconhecimento do funcionário pela em-

presa. “O pessoal investia em mim, pagava cursos de formação. Também passei a acompanhar obras em outros estados. Somou muito para a minha formação”, diz.

Trabalhar em uma multinacional também é o desejo de Jean Carvalho, recém-formado como técnico em Mecânica de Precisão pela Escola Senai Suíço-Brasileira Paulo Ernesto Tolle, de São Paulo. “Não tenho o emprego dos sonhos, mas entrei como jovem aprendiz e hoje, devido ao curso técnico, me destaquei e já estou efetuando serviços na manutenção, que é uma área bem superior.” Carvalho pretende continuar na empresa atual apenas para ganhar mais experiência, já que também visa uma multinacional.

Bruno Barbosa, outro técnico em Mecânica de Precisão, recebe mais de quatro salários mínimos por mês trabalhando em uma empresa nacional da área, em São Paulo. “É claro que a faculdade abre muitas portas, a maio-

ria dos cargos de gestão ou chefia exige um curso superior e inglês no mínimo. Porém, se especializando na área técnica, você pode ganhar mais do que muito engenheiro”, explica. Barbosa, que também se formou na Escola Senai Suíço-Brasileira Paulo Ernesto Tolle, há um ano e meio, atualmente cursa Engenharia Elétrica na Pontifícia Universidade Católica (PUC) situada no estado de São Paulo.

Sair com o diploma do curso técnico significa nova chance no mercado de trabalho. Segundo o coordenador do curso de Cozinha do IFB, Gabriel Rocha, os salários iniciais para recém-formados ficam em torno de R\$ 1.250. Dentre os entrevistados, para os técnicos que ingressaram numa multinacional, esse número é ainda maior, podendo variar entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil. As inúmeras possibilidades de especialização na área também garantem promoções e, consequentemente, aumento no salário.

Diego Dias começou como auxiliar de cozinha, lavando pratos. Hoje, recém-formado como técnico em Cozinha pelo IFB, trabalha como chef. Para ele, o importante não é onde você se formou, mas sim o que você se tornou. Ainda no início da carreira, Dias já mantém os olhos no futuro: “Eu pretendo chegar a um salário de R\$ 5 mil, porém ainda tenho que me especializar e fazer meu nome”.

“Hoje em dia, o mercado de trabalho está bem exigente e quer uma coisa mais rápida”

Já para Michelle Silva, também formada em Cozinha desde dezembro do ano passado, a faculdade ainda é uma possibilidade. “Quero fazer o superior porque o mercado valoriza e alguns lugares exigem formação, mas acho que a melhor formação é a do dia a dia”, conta a ex-atleta profissional de taekwondo, que encontrou sua segunda paixão na cozinha.

Ela chegou a cursar quatro semestres de Educação Física quando mais nova, mas desistiu assim que percebeu que não era aquilo que queria: “Depois de um certo tempo fui percebendo o que eu realmente gostava de fazer. Mas não me sinto prejudicada por não ter feito o superior”.

Ingressar no mercado de trabalho por meio do ensino técnico é, portanto, uma forma vantajosa de começar. A quantidade de alunos recém-formados que são contratados é mediana: “Em torno de 40%, pois tem uma boa parcela que vai empreender”, conta Rocha. Para Maria do Socorro, que resolveu voltar a estudar depois dos 40, “todo curso técnico dá um resultado imediato”. O motivo? O professor esclarece: “Esses profissionais são rapidamente absorvidos no mercado porque são mão de obra qualificada”. ♦



Antes mesmo de se formar, Michelle Silva foi contratada por um restaurante no Sudoeste

EDUCAÇÃO

NA PONTA DA LÍNGUA

Cursos de inglês sobrevivem à crise econômica sem muitos danos. Brasilienses consideram importante fluência no idioma

ANA RITA BARBOSA E GIOVANNA MARIA

A professora Débora Dalla, mãe de dois adolescentes, concorda que a mensalidade e o material de uma escola particular de inglês são muito caros, mas não cogita abrir mão disso para seus filhos. Esta descrição poderia servir para centenas de famílias no Distrito Federal. Não é à toa que este segmento da economia não para de crescer, apesar da crise que assola o país. Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), à qual são ligadas escolas de línguas que funcionam como franquias, mostrou que no terceiro trimestre de 2015 a categoria Educação e Treinamento registrou crescimento de 15% em relação ao mesmo período de 2014.

A proprietária do curso de idiomas inFlux, localizado no Jardim Botânico, Sandra Medeiros, conta que sua franquia cresceu do ano passado para cá. Em janeiro de 2016, o número de matrículas aumentou mais de 200% em relação ao mesmo mês de 2015. Aluna dessa unidade, Lucia Maria dos Santos diz não ver problema em gastar parte do seu salário com o curso: “Eu amo falar inglês”. Seu sonho é dar aula de inglês: “Amo ensinar, passar o conhecimento pra outros”, completa.

Em outros cursos particulares de línguas que têm como carro-chefe o ensino de inglês, há impacto da crise, mas em bem menor escala que em outros segmentos da economia. A unidade da Asa Norte do CCAA, escola com mais de 800 franquias por todo o Brasil, perdeu 15 alunos, de 2015 para 2016, menos de 5% do total.

A professora Mônica Villa, da Cultura Inglesa, conta que uma de suas turmas foi cancelada neste semestre devido à desistência de três alunos. “Os cinco alunos restantes fizeram uma prova e foram para outros horários.”

Tainara Prata, coordenadora pedagógica da Park Idiomas, localizada no Lago Sul, afirma que a escola teve uma procura menor de matrículas se comparado ao ano passado, mas que a queda foi pequena. Ela relaciona isso



Apesar da crise econômica, a escola inFlux, no Jardim Botânico, teve aumento de 200% no número de matrículas em janeiro de 2016

ao fato de algumas pessoas terem perdido seu emprego, o que torna difícil continuar pagando pelo curso.

Segundo o economista José Luiz Pagmussat, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), quando o orçamento aperta, o consumidor tende a cortar algumas despesas e adiar outras. Por isso, setores como vendas e serviços tiveram queda. Mas ele afirma que não é aconselhável adiar cursos que enriquecem o currículo. “O recomendável é cortar superficialidades, como compras e viagens. A longo prazo, as pessoas que investem em cursos de línguas, por exemplo, estarão melhor inseridas no mercado de trabalho.”

Quem sente os efeitos da crise em maior escala procura cursos mais baratos, públicos ou bolsas de estudo para não parar de estudar. A UnB Idiomas, escola vinculada ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da Universidade

de Brasília, é aberta à comunidade. Os valores são bem inferiores a um curso regular. O aluno paga R\$390 por semestre, valor próximo às mensalidades dos cursos particulares.

Das 13 línguas ofertadas pela UnB Idiomas, o inglês é a que mais atrai alunos: são 10.771 inscritos, sendo 53,2% dos alunos, no total. Desses, 697 são bolsistas. Segundo a coordenadora administrativa Maristela Abad, houve um aumento de 819 novas matrículas em 2016 comparado a 2015.

Outra opção são os CILs (Centros Interescolares de Línguas), formados por escolas pertencentes à rede pública do Distrito Federal. Eles estão presentes em nove regiões administrativas além do Plano Piloto. No último processo seletivo (primeiro semestre de 2016), foram oferecidas 3.870 vagas para o curso de inglês, distribuídas por todas as escolas, segundo a Diretoria de Acompanhamento da Oferta Edu-

cacional. A maior unidade, em Ceilândia, tem, atualmente, 4.330 alunos.

O interesse pelo idioma na cidade pode ser comprovado pelo levantamento Índice de Proficiência em Inglês (EPI), feito pelo grupo educacional Education First. O DF foi a unidade federativa que mais obteve pontos na pesquisa e tem nível de fluência moderado, o mesmo atingido por países como Coreia do Sul e Japão. O Brasil, no geral, teve desempenho considerado baixo. São Paulo e Rio de Janeiro ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente. O teste usado para o levantamento avalia gramática, vocabulário, leitura e compreensão.

Para a professora Débora Dalla, o resultado é explicado por Brasília ser uma cidade voltada ao ensino devido à busca por uma vaga no serviço público por meio de concorridos concursos. Para ela, o mercado de trabalho exige cada vez mais das pessoas. ♦

MARINA TORRES

ECONOMIA

AFASTA DE MIM ESTE CÁLICE

Crise impacta os preços dos vinhos. Especialistas dão dicas para o consumidor apreciar a bebida sem ferir o bolso

NATÁLIA RIBEIRO

“**F**eliz ou triste, toma-se sempre vinho.” A declaração, feita por Kelly Fonseca, consultora da adegas Zahil, pode até parecer otimista, mas não reflete a verdadeira situação do mercado. Adeegas do Distrito Federal registram quedas nas vendas de vinho. “Só os clientes fiéis continuam comprando os mesmos rótulos”, conta Ismar Silva, funcionário da Vintage Vinhos no Liberty Mall. Já Renato Melo, vendedor da Mega Adega, na Asa Sul, confessa que nem mesmo clientes mais antigos aguentaram a crise. “Eles estão comprando 30% menos e escolhendo as opções mais em conta”, esclarece.

Com a alta do dólar, os vinhos importados encareceram. E mais: a tributação dos vinhos foi alterada este ano. No modelo anterior, as chamadas “bebidas quentes” eram classificadas dentro de uma tabela de acordo com o volume e seu preço, sobre a qual eram aplicadas as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A tributação variava de R\$ 0,14 a R\$ 17,38 para cada garrafa. Agora, os vinhos nacionais, por exemplo, que tinham uma tributação limitada a R\$ 0,73 por litro, passaram a pagar uma alíquota de 10%. Os vinhos importados, por sua vez, pagavam um teto de R\$ 0,73 para valores de até US\$ 70. Hoje, pagam igualmente 10% de IPI.

Além de os vinhos ficarem mais caros, a renda dos consumidores caiu. De acordo com o IBGE, o PIB retraiu 3,8% em 2015, comparado ao ano anterior, e a produção industrial brasileira teve queda de 8,3%. No Distrito Federal, em 2015, o rendimento médio dos trabalhadores baixou 1,43% em relação a 2014. Tudo isso contribuiu para que o tão amado vinho fique cada vez mais longe do alcance do consumidor. “Os vinhos que eu compro subiram de 30% a 40%”, conta Takamassa Ohashy, bancário e consumidor assíduo de vinhos.

Mesmo sentindo no bolso, Ohashy continua pagando pela bebida. “Antes, eu comprava, por exemplo, quatro garrafas de vinhos mais caros. Agora compro só duas. Aumentei a quantidade de vinhos mais baratos e reduzi os vinhos mais caros”, conta. Marcelo Guimarães, por sua vez, reduziu o consumo. “Antes, eu fazia jantares em casa ou saía para jantar uma vez por semana. Hoje, quando saio, quase não bebo mais”, conta o funcionário público, que costuma ler revistas para se informar sobre o assunto. Mesmo sabendo que comprar a caixa sai mais barato, hoje ele só compra a unidade. “Infelizmente, não temos dinheiro para comprar a caixa toda”, desabafa.

O sommelier do restaurante Dom Francisco da 402 Sul, Joaldo Lima,



MARIA LUIZA DINIZ

Com o aumento dos preços dos vinhos, Marcelo Guimarães abastece sua adega pessoal com uma garrafa por vez. Ele também está moderando no consumo da bebida fora de casa

diz que uma solução para diminuir o impacto da crise no mercado é fazer parcerias. “Quem tem importadora, por exemplo, pode fazer uma parceria com o restaurante. O restaurante elege o vinho da semana e o consumidor consegue provar um vinho mais caro por um preço mais acessível. Todos saem ganhando”, explica.

O administrador da Adega Brasília, na Asa Norte, Olivan Rocha, diz que o segredo para burlar a crise é fazer promoções e escolher rótulos que tenham uma melhor relação custo-benefício. “Só assim conseguimos agradar o cliente”, alega. Alguns estabelecimentos também investem em degustações gratuitas para atrair o consumidor, além de comprarem rótulos em grande quantidade para diminuir o preço final.

A proprietária do restaurante Bloco C, Carolina Petrarca, afirma que o consumo de vinho durante as refeições caiu bastante. “Estamos respeitando o momento do consumidor. É um momento de crise, difícil para todo mundo. Não há muito o que fazer”, explica. Carolina diz que uma das medidas adotadas em benefício do consumidor foi a mudança da carta de vinhos do restaurante. “Acrescentamos alguns rótulos

mais baratos, porém de boa qualidade. Assim, o cliente não precisa deixar de tomar vinho”, conta.

João Luiz Homem de Carvalho, professor de Agronomia da UnB, crê que o alto custo das garrafas poderia ser evitado se os brasileiros dessem mais valor aos vinhos nacionais. “Estigmatizou-se que o vinho do Brasil é ruim. Isso é mentira”, afirma. De acordo com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), 65% do preço das garrafas importadas vão para os cofres públicos.

O sommelier Thomaz Coccioli dá dicas para diminuir o peso no bolso. “É importante buscar estabelecimentos com importações diretas, diminuindo, assim, os ‘atravessadores’ entre a vinícola e a sua mesa”, aconselha. Ele afirma ser interessante visitar feiras e participar de degustações, pois são nesses lugares que se consegue os melhores descontos. Segundo Coccioli, é igualmente fundamental saber ler rótulos. “Ler colunas e blogs, usar aplicativos com pontuações e avaliações. Tudo ajuda. A melhor dica é usar o bom senso: desenvolver o paladar e ser crítico com o próprio consumo. O melhor vinho é aquele que você gosta”, completa. ♦



Preferência latina

- Chile: 2.703
- Itália: 554
- Argentina: 505
- Portugal: 471
- França: 229
- Espanha: 177
- Outros: 111

Quase 70% dos vinhos importados em janeiro deste ano vieram de países da América Latina, com destaque para o Chile, único país a apresentar um aumento na taxa de importação em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados da União Brasileira de Vitivinicultura revelam ainda que o valor obtido pela exportação do vinho brasileiro teve uma queda de 35,8% entre 2013 e 2014.

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura

MEIO AMBIENTE

SE DEIXAR, O

Migração de javalis para Brasília e entorno prejudica
Caçadores são regularizados por

JUDITH ARAGÃO E LAIO SEIXAS

Em uma fazenda próxima à cidade de Formosa (GO), na beira da estrada em meio a um horizonte de milhos, há uma pegada do tamanho de uma mão de adulto. “Esse deve pesar uns 160 kg”, calcula Pedro Vargas, comerciante e caçador nas horas vagas. Mais adiante, há vários pés de milho quebrados, formando uma espécie de corredor de passagem. Em cada espiga caída no chão, há uma bocanhada.

Um cheiro misturado de terra, estrume e um leve aroma que lembra cachaça pairam no local. “É o cheiro do animal”, explica Vargas, estimando que por ali passaram uns 20 exemplares. Em uma área de vegetação nativa, dentro da fazenda, é possível ler o rastro dos animais. Terra revirada, raízes de pequenas e frágeis árvores fora da terra, um resto de lama onde antes se encontrava um riacho. É o rastro típico da passagem do javali, um animal exótico que está assustando moradores da zona rural em várias partes do país e cada vez se aproxima mais de Brasília.

Um dos que está assustado é Fabrício Nohama, dono de um pesque e pague perto da cidade de Formosa. Ele diz que há pouco mais de dois anos os javalis se tornaram um problema frequente. “Fico apreensivo, eles usam as nascentes da minha propriedade para se refrescar e, na seca, estão cada vez

mais próximos da gente.” Nohama observa que, até o momento, os animais nunca atacaram seus fregueses, mas seus cachorros já se feriram. “Alguns cães já voltaram do mato machucados e outros nem voltaram. O último incidente foi com meu *pitbull*, que voltou com um corte de 20 centímetros nas costas”, lembra.

Formosa não é um caso isolado na região que reúne o Distrito Federal e seu entorno. O aposentado José Giavoni Júnior também teve problemas com os javalis em sua chácara no Altiplano Leste, DF. Ele afirma que os animais aparecem por lá de madrugada, fazem muito barulho e atacam seus animais domésticos. Um de seus cachorros, um *pitbull*, foi encontrado por um veterinário, que diagnosticou o ataque de um javali.

Um caçador que prefere não se identificar conta já ter visto javalis em várias cidades de Goiás próximas a Brasília, como São Bartolomeu e Cristalina. “Em grande quantidade mesmo tem lá em Luziânia. Já vi seguramente uns 300, 400 animais. As manadas estão aumentando exponencialmente”, relata. Há seis meses, um javali de aproximadamente 150kg invadiu um restaurante do Paranoá, causando tumulto. O animal acabou morto pela Polícia Ambiental do DF.

IBAMA/DIVULGAÇÃO



Javalí exótico, ou javali europeu, migra do Sul e chega ao Centro-Oeste

QUEM É O JAVALI?

De comportamento social, os javalis se reúnem em bandos e são extremamente inteligentes. Eles passam grande parte do tempo fuçando a terra em busca de comida. Preferem alimentos vegetais, mas também comem alimentos de origem animal, como pequenos mamíferos, ovos de aves, caracóis, insetos, rãs e peixes.

O javali tem ampla distribuição geográfica, sendo nativo da Europa, Ásia e do Norte da África. Entre 1904 e 1906, esses animais foram introduzidos na América do Sul ao serem trazidos para La Pampa, província do centro-oeste argentino. O objetivo era usá-los para caça e consumo da carne. Os animais foram se espalhando pelo território argentino até cruzar fronteiras com o Uruguai. Acredita-se que a entrada desses animais no território brasileiro foi feita de forma clandestina. Teriam sido levados dentro de caminhões por pessoas interessadas em criá-los em cativeiro no Rio Grande do Sul. Devido ao seu temperamento selvagem, eles acabaram fugindo e se espalhando pelo território brasileiro. Em 1996 e 1997 eles vieram, dessa vez para criação regularizada, novamente para o Rio Grande do Sul e para São Paulo. Os javalis são considerados uma fauna exótica invasora e estão na lista das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo, por causa dos impactos ambientais que causam.

O javali e o porco são da mesma espécie, a *Sus scrofa*. Popularmente, a forma doméstica é denominada de porco e a forma selvagem, de javali. No Brasil, existem duas espécies de suínos selvagens nativos, o Queixada, *Tayassu pecari*, e o Cateto, *Tajacu pecari*.

Cleubi de Oliveira é gestor de agronegócios. Ele trabalha em uma empresa particular de vendas e consultoria para produtores em Formosa e reforça que uma das preocupações relacionadas a esses animais envolve as fontes hídricas da região. “Eles usam a água para fazer lama e se refrescarem



Caçador procura javalis em fazenda de Formosa, no estado de Goiás

e acabam danificando as nascentes. É uma preocupação ambiental.” Cleubi explica que outro problema está no crescimento populacional do javali. “Uma fêmea adulta tem a possibilidade de gerar até 12 filhotes por ano. Como nós estamos em uma região agrícola, os javalis não conseguem alimento apenas nas áreas de preservação, que são muito pequenas. Então, eles buscam comida nas lavouras.”

Oliveira explica que o animal está presente apenas em algumas áreas, mas onde se encontra representa um problema sério. “Quando um javali chega a um lugar com comida em abundância, ele vai ficar ali. Se acabar a comida, ele vai migrar para outro lugar em que achar mais comida.” Esses animais podem caminhar até 30 quilômetros por noite, migrando de uma propriedade para outra em pouco tempo, destruindo uma área considerável. Além disso,

BICHO COME

...ica agricultura da região e ameaça o ecossistema.
...ara conter a ofensiva do animal

TERRA THAIS



lo de Goiás

o javali também transmite vários tipos de doenças, como a leptospirose, a raiva silvestre e a febre aftosa.

João Pessoa Moreira Jr., coordenador-geral de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama, explica que o javali preocupa por diversos motivos: causa assoreamento de rios, ao chafurdar e danificar nascentes; provoca erosão nas áreas por onde passa e compete com espécies nativas de porcos selvagens, desequilibrando o ecossistema.

CAÇA AUTORIZADA

No Brasil, a caça é permitida somente se considerada forma de controle de espécies exóticas invasoras. Moreira Jr. explica que o javali europeu teve seu manejo permitido nos estados onde já foi oficialmente identificada a presença desse animal. “Em todos os países em que o javali é uma espécie invasora a caça é utilizada como forma

de controle”, diz. Ele chama a atenção da necessidade de diferenciar a espécie exótica dos porcos selvagens nativos, cuja caça segue proibida.

O javali cateto pesa aproximadamente 20kg, sua altura varia de 40cm a 50cm e atinge cerca de um metro de comprimento. A espécie possui um tipo de colar branco amarelado, em frente às patas anteriores, largo no peito e muito estreito no dorso, que torna fácil seu reconhecimento. O corpo é castanho escuro, quase preto, salpicado de branco devido à existência de pelos brancos e pretos. Já a espécie queixada é a maior e a mais agressiva das espécies de porcos selvagens sul-americanos, atingindo 1,10m de comprimento e pesando aproximadamente 35kg. Apresenta pelagem das costas muito longa com uma coloração negro-pardacenta, possuindo uma grande quantidade de pelos brancos na mandíbula e no focinho, característica que o diferencia do cateto.

O javali europeu, também conhecido como javali exótico, possui presas e pelos longos e de cor preta. Ainda jovem, possui listras longitudinais marrom avermelhadas com preto. Seu comprimento é de aproximadamente 1,3m e pesa aproximadamente 80kg. Outra diferença marcante para os outros javalis são os caninos: nos javalis, eles crescem encurvados para fora do focinho, enquanto nas espécies nativas brasileiras eles crescem retos.

Augusto Amaral Rocha é supervisor regional da Agrodefesa – órgão do governo de Goiás responsável pela fiscalização animal e vegetal – e explica que caçadores autorizados são treinados para recolherem amostras do sangue dos javalis. “Isso nos ajuda a saber como está o controle populacional e se os animais estão livres de febre aftosa.”

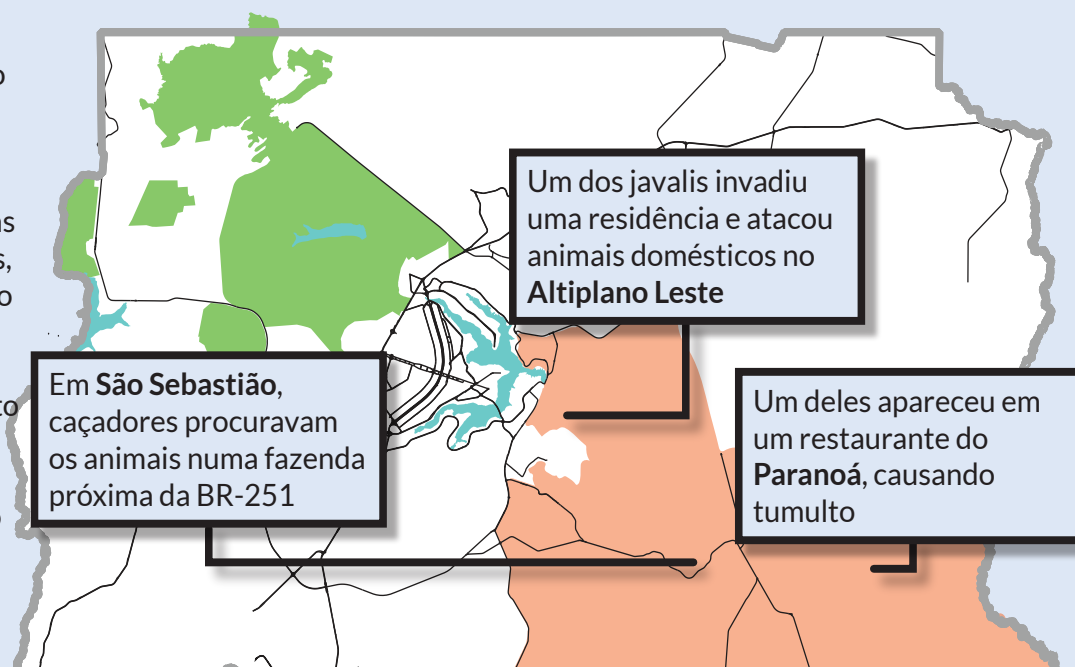
Há uma proposta de criação, até 2020, de um plano nacional de controle de espécies exóticas invasoras que surgiu a partir dos encontros da Conven-

ção da Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário. O plano inclui fazer um grande seminário, com a participação tanto das entidades de caçadores quanto das organizações de proteção animal.

Iago Taveira, biólogo formado pela UnB, lembra da questão ambiental que deve estar por trás da preocupação com o javali. “As vezes uma espécie é inserida em um novo ecossistema e consegue se adaptar pela presença de alimentos e falta de predadores naturais, causando um desequilíbrio ecológico na região. Por conta disso é necessário que se faça esse controle populacional, a fim de preservar a biodiversidade”, explica. “Todo animal tenta sobreviver, seja em seu ambiente natural, seja em um novo ambiente. Os problemas que isso provoca cabe ao homem tentar solucionar da maneira menos agressiva possível, principalmente quando foi ele que introduziu o animal naquele ambiente.” ♦

INVASÃO DOS JAVALIS AO DF

O javali europeu chegou ao Brasil no início do século passado, de forma clandestina. Diferentemente das espécies brasileiras, cateto e queixada, o europeu possui presas. Seu comportamento predador causa desequilíbrio ao ecossistema nativo e, para evitar mais danos, a caça foi regulamentada.



ALIMENTAÇÃO

CRESCIMENTO NO CAMPO

Número de agricultores familiares no DF dobra em dez anos. Aumento de oportunidades permite que produtores mudem de vida

LUCAS SANTOS



LUCAS SANTOS

A propriedade de José Nilo possui dois hectares e uma variedade de mais de 20 tipos de folhagens em suas plantações

Nascido em Pombal, no interior da Paraíba, o agricultor Clomarcio Fernando de Almeida superou a barreira imposta pelo analfabetismo e fez da agricultura familiar seu sustento. Hoje, aos 52 anos, vê as duas filhas nos cursos superiores de Arquitetura e Biomedicina, além de possuir duas propriedades que somam 12 hectares. Almeida é um dos mais de sete mil agricultores familiares do Distrito Federal, número que triplicou nos últimos dez anos.

Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), em 2015 o DF possuía 7.054 agricultores familiares. O último Censo Agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou 1.824 agricultores familiares no DF. No Brasil, quase cinco milhões de agricultores portam a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a principal forma de acesso às políticas públicas.

Criado na roça, Almeida sempre teve maior intimidade com a agricultura. Depois de chegar à capital, em maio de 1986, trabalhou em várias fazendas, enfrentou dificuldades, até

que conseguiu negociar sua parte nos resultados das plantações. “Ninguém acreditava na agricultura familiar, era desprezada”, afirma.

Almeida conseguiu arrendar uma terra no Incra 7, região rural de Brazlândia, e em 2006 comprou sua primeira propriedade no local. A chácara onde mora tem dois hectares e foi um passo fundamental para sua estabilização. Por meio da terra,

o agricultor teve acesso a políticas públicas que garantiram o avanço de sua produção, como o Pronaf e o Mais Alimentos. “Até aqui desenvolveu bem, ainda precisa de muito incentivo. Tem mais crédito, informação e tecnologia”, diz Almeida. Em 2010, expandiu sua produção ao adquirir uma propriedade de dez hectares.

José Nilo, de 63 anos, produz mais de 20 folhagens em sua propriedade, além de criar cabritos, porcos e galinhas. Nilo está há mais de 15 anos no ramo, se tornou agricultor a convite de amigos e não parou mais. Hoje possui dois hectares e contribui para abastecer mercados de Ceilândia e outras regiões. Para ele, a atenção à agricultura familiar cresceu muito nos últimos anos, e foi o que ajudou a desenvolver a produção.

No DF, 24,47% dos alimentos que passam pelo Centro de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa), o principal do DF, vêm da agricultura local. A técnica rural Magali Fortes, que atua na região de Alexandre Gusmão, em Brazlândia, relata a tentativa dos agricultores de aumentar a produtividade. “Eles têm trabalhado muito em cima da rotação de culturas para tentar aumentar. Se eles ficarem com uma cultura só dentro da propriedade durante três, quatro, cinco anos, esgotam o solo e a produção não aumenta mais.”

Para ser considerado agricultor familiar no Brasil é preciso seguir algumas condições, como usar predominantemente mão de obra da família, ter um percentual mínimo da renda familiar

proveniente da atividade agrícola, dirigir o empreendimento com sua família, e não ultrapassar um limite máximo de área.

Para auxiliar os produtores rurais, cada estado possui uma Emater. A empresa oferece um atendimento técnico ao produtor com cursos, elaboração de projetos para o agricultor obter crédito para financiamento e orientações sobre a produção. Almeida utiliza o apoio dos técnicos para a elaboração de projetos. Em 2010, ele foi um dos primeiros contemplados do DF para a aquisição de um caminhão através do Mais Alimentos.

Diversos agricultores se organizam em cooperativas ou associações para vender as produções em conjunto. A Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina (Cootaquara) conta com 270 produtores. Nos últimos anos, 70 agricultores familiares entraram para a cooperativa. De acordo com o presidente da Cootaquara, Maurílio Cezar Cardoso, cerca de 70% são agricultores familiares, que ajudam na comercialização de 400 toneladas por mês.

Dados da Emater apontam que o DF é autossuficiente em vários produtos, como hortaliças, abobrinha, alface, berinjela, cenoura, chuchu e mandioca. Conforme a empresa, a participação da agricultura familiar é relevante. Além do mercado local, parte da produção excedente é vendida para outros estados. Nos últimos meses, estados do Nordeste demonstraram interesse em alimentos cultivados em estufa, como tomate e pimentão, por sua maior resistência ao transporte. ♦



LUCAS SANTOS

Almeida sai às 2h da manhã para vender alimentos no Ceasa

DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

	AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR
DISTRITO FEDERAL	4,3%	95,7%
BRASIL	24,3%	75,7%

SAÚDE

FÉ E RECUPERAÇÃO

Comunidades usam a espiritualidade para tratar dependentes químicos. Abstinência total e atuação de ex-usuários são marcas do tratamento

NAIARA MARQUES E PAULA ÉVELYN

“**M**udei do vinho para a água, nessa ordem mesmo”, brinca Nilson Soares, 51, ao descrever como se sente depois de 14 anos limpo de drogas. Ele é voluntário da Fazenda do Senhor Jesus, comunidade terapêutica católica que atende homens e mulheres em situação de dependência química.

As comunidades terapêuticas são instituições privadas, sem fins lucrativos, parcialmente financiadas pelo poder público e que fazem atendimento gratuito. O tratamento oferecido envolve espiritualidade, relação familiar e reconstrução do caráter. Em um país cuja estimativa de dependentes químicos é de 37,6 milhões de pessoas – conforme levantamento da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) de 2013 – contra 25 mil leitos psiquiátricos no Sistema Único de Saúde (SUS), as comunidades terapêuticas se somam às alternativas para tratamento de dependência química.

No serviço dessas instituições, destacam-se os trabalhos de ex-internos como Nilson, que usou drogas por 25 anos. Aos 13, se viciou em álcool e, aos 17, em cocaína. “Quando fui para a fazenda, pesava 56kg. Hoje tenho 91kg.” Ele diz que, para abandonar as drogas, é preciso manter a disciplina. “Todos esses anos sem usar não são nada. Temos que nos concentrar no dia de hoje. Hoje estou sóbrio. Só por hoje.”

A Fazenda do Senhor Jesus funciona há 30 anos. O acompanhamento médico é feito por profissionais voluntários que vão à casa regularmente e em casos de emergência. Não há internação compulsória. Após optar pelo tratamento, o usuário passa por uma avaliação médica e uma triagem socioeconômica para a seleção.

De forma similar, funciona a comunidade evangélica Desafio Jovem de Brasília, fundada em 1974. O atendimento médico é feito por profissionais que trabalham próximos à comunidade e cobram valores simbólicos pelas consultas. Assim como na

Fazenda do Senhor Jesus, uma triagem médica precede a internação. Casos de dependência associados a transtornos mentais graves não são atendidos, já que não há estrutura para isso. O tratamento em ambas dura nove meses, que podem ser estendidos conforme a necessidade do paciente.

Sidnei Gomes usou drogas como cocaína e crack por 15 anos. Internou-se no Desafio Jovem quando tinha 28, e agora, com 40, completa uma década como coordenador da comunidade. Seu maior desafio durante o tratamento foi enfrentar a ansiedade de reconstruir a vida fora dali e recuperar os laços familiares rompidos pelo vício. “Sentia muita saudade e remorso.”

Segundo levantamento, existem mais de 37 milhões de dependentes químicos no Brasil

O secretário executivo da Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas (Confenact), Egon Schlüter, afirma que as comunidades oferecem um serviço de que o Estado não dispõe, complementar ao trabalho do SUS. Para ele, é preciso ampliar os convênios e desmistificar o entendimento sobre as comunidades. “A baixa contratação é fruto da ideologia de muitos profissionais de saúde e assistência social que têm o entendimento errôneo de que parte dos dependentes precisa de tratamento prolongado. Também não aceitam que a espiritualidade faça parte da recuperação.”

A coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-ad) II de Sobradinho, Cláudia Feres, tem ressalvas quanto às comunidades. Ela considera problemática a abstinência total, já que em alguns meses eles voltarão à rotina. Segundo ela, a abstinência absoluta de algumas drogas, principalmente do álcool, pode



TERRA THAIS

Nilson Soares afirma que, para vencer as drogas, é preciso manter a disciplina todos os dias

ser fatal. “A internação pode intensificar o quadro clínico. Quando a pessoa volta, sem nenhum preparo, vai para o mesmo lugar que estava.”

Feres afirma que a parceria entre o poder público e as comunidades terapêuticas seria mais eficiente se os dirigentes das comunidades seguissem as exigências do convênio com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus): “Nem sempre os pacientes são levados durante o tratamento ao Caps, responsável pelo acompanhamento clínico dos internos”.

Segundo a Sejus, os Caps são referência no atendimento a dependentes na rede pública. As unidades funcionam com acolhimento, seguido da definição de estratégias para acompanhamento dos pacientes, com profissionais de diversas especialidades, inclusive psiquiatras.

José Henrique França, ex-interno de comunidade terapêutica, acredita que o tratamento oferecido pelos Caps nem sempre funciona. “No meu caso de dependência de crack e cocaína, por exemplo, eu tenho convicção de que o tratamento de redução de danos oferecido pelo Caps não seria suficiente. Defendo a abstinência total.” José administra a instituição ecumênica Salve a Si, conveniada à Sejus. Ele usou drogas por mais de 20 anos, se envolveu com o tráfico internacional e foi preso na França. Sóbrio há oito anos, ele de-

fende que as comunidades terapêuticas sejam vistas como uma opção de tratamento tão relevante quanto os Caps, o Nárcticos Anônimos (NA) e outras instituições. “Toda forma de ajudar o próximo é válida.”

Em 2015, a Sejus contabilizou 227 leitos de internação distribuídos em sete comunidades do DF. No mesmo ano, essas entidades realizaram 1.678 mil atendimentos. Atualmente, há apenas cinco entidades conveniadas, que somam a oferta de 152 leitos. A Sejus informou, por meio de nota, que está trabalhando para garantir 500 novas vagas em comunidades terapêuticas até o ano de 2019, conforme prevê o Plano Plurianual 2016/2019. A secretaria informou que a redução nos números se deve à não renovação de convênios vencidos em 2015, por irregularidades contratuais. ♦

Dentro da Lei

As comunidades terapêuticas são regulamentadas pelas resoluções 029/2011, da Anvisa, e 01/2015, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. As instituições de Brasília podem se cadastrar junto ao governo local, via Sejus, e ao governo federal, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

CIDADANIA

ATENÇÃO É O REMÉDIO

Apoio material e divulgação de conhecimento marcam o trabalho de voluntários que se dedicam a pessoas que sofrem com doenças raras

GABRIELLE FREIRE E HUGO EVARISTO



Pacientes são lembrados por voluntários nas paredes do Hospital de Apoio de Brasília

Em 2005, Sandra Mota descobriu que o marido, José Leda, tinha esclerose lateral amiotrófica, uma doença rara que afeta o sistema nervoso e compromete a respiração, a fala e o controle dos membros do corpo. A falta de informação sobre remédios, tratamentos e cuidados levou Sandra a conhecer a fundo o quadro das doenças raras, que afetam 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao lado do marido, ela pôde conhecer o dia a dia de outros pacientes, e a escassez de um acompanhamento eficiente a motivou a fazer algo por essas pessoas. Hoje, ela é presidente do Instituto Alta Complexidade, uma associação de voluntários que tem como objetivo oferecer apoio a pacientes que têm algum tipo de doença rara.

No Distrito Federal, cerca de 20 associações atuam para garantir os direitos dos pacientes diagnosticados com enfermidades incomuns, incluindo a participação ativa em conselhos de saúde. O trabalho voluntário marca a necessidade de cuidados e informações, já que entre os mais de 6 mil tipos de doenças raras registradas, de acordo com a OMS, apenas 6% têm remédios disponíveis para terapias, o que equi-

vale a 360 enfermidades. O Ministério da Saúde estima que cerca de 15 milhões de brasileiros têm alguma síndrome registrada como rara.

Uma das principais atividades do Instituto Alta Complexidade é orientar pacientes e familiares sobre o direito aos serviços do Sistema Único de Saúde e participar da busca pela capacitação dos médicos para lidarem com casos raros. Segundo Sandra Mota, a maioria das pessoas não sabe que o serviço público oferece testes, vacinas e um atendimento voltado para as doenças raras. Para ela, a falta de informação é um problema que precisa ser resolvido, pois quanto mais as pessoas reivindicarem tratamentos adequados maior será a busca dos representantes da saúde pela qualidade do serviço. “A informação ajuda muito no tratamento. O paciente empoderado não se contenta com pouco. Quanto mais o paciente cobra seus direitos, melhor ele é atendido”, explica.

A professora Selva Chaves fundou há dois anos a Associação Aliança Cavernoma Brasil. Foi motivada pelo quadro de saúde da filha, que desde 1993 convive com o Cavernoma Cerebral, doença vascular cerebral que provoca lesões no cérebro e na medula espinhal. O trabalho do instituto é feito

por meio de um site e da distribuição de materiais que ajudam a disseminar conhecimentos técnicos e científicos a respeito da enfermidade. Outra função da entidade é apoiar pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias alternativas. O projeto voluntário consegue alcançar, por mês, mais de 4 mil pessoas, entre doentes, familiares, profissionais da saúde e pesquisadores.

As associações também participam da rotina dos pacientes. O envolvimento com os casos cria laços de amizade e um acompanhamento integral a quem precisa de tratamento. Rodrigo Araújo, vice-presidente da Associação Maria Vitória – que reúne várias associações ligadas a doenças raras –, explica como a assistência é feita. “O paciente nos procura e daí verificamos como foi feito o diagnóstico, se foi por um especialista, e a partir disso encaminhamos o caso para o sistema de saúde.” Maria Vitória foi criada em homenagem à filha do fundador, diagnosticada com neurofibromatose.

Além da escassez de medicamentos para tratamentos desse tipo, há a dificuldade para adquiri-los. Cadeiras de roda, sondas para alimentação especial e até itens de higiene pessoal fazem parte da necessidade dos pacientes que se enquadram com perfil socioeconômico baixo, dificultando ainda mais o acesso ao tratamento.

O advogado Caio Teixeira participa há nove anos da Associação de Voluntários do Hospital de Apoio de Brasília. Junto com amigos de trabalho, Caio contribui com doação de alimentos para dietas especiais, como o suplemento alimentar indicado aos pacientes que têm dificuldades para comer. “Eu enfrentei problemas de saúde que me motivaram a ajudar as pessoas, tenho a consciência de que tenho que fazer algo por elas.”

O trabalho voluntário também contempla os familiares e acompanhantes que vão ao hospital. Uma equipe distribui lanches para quem cuida dos doentes, como relata a assis-

tente social, Maria Aparecida Gonçalves. “Nosso objetivo não é só atender o paciente, mas também a família que está muito fragilizada. Nós analisamos a situação para ajudar as pessoas no que elas precisam”, diz.

“Existe um tripé de exclusão, essas pessoas tornam-se invisíveis”

Segundo Nathan Monsore, professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, o trabalho desenvolvido pelos voluntários ocorre na contramão do preconceito que vitimiza esses doentes. “Existe um tripé de exclusão, essas pessoas tornam-se invisíveis, intocáveis e incapazes. Existem várias associações de apoio a pessoas com diferentes doenças raras. Há muito ativismo civil em torno da causa.”

As pessoas com doenças raras no Distrito Federal podem recorrer aos centros de atendimento do Hospital Universitário de Brasília, Hospital de Base, Hospital Materno Infantil e Hospital de Apoio. De acordo com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em média 300 pessoas – entre as que estão em tratamento para doenças raras e as que aguardam diagnóstico – são atendidas por semana em toda rede pública. ♦

A certeza custa caro

As doenças raras têm causas genéticas em 70% dos casos. Em uma semana, o paciente pode mapear seu DNA e identificar qualquer alteração que gere uma síndrome – basta desembolsar cerca de mil dólares. No DF, esse sequenciamento do genoma só é realizado para pesquisas em universidades.

TECNOLOGIA

CINEGRAFIA ROBÓTICA

Alunos da Universidade de Brasília criam aparelho para controlar câmera em cirurgias abdominais

LUÍSA LOPES E THAYSSA SOUZA

Estudantes da Universidade de Brasília (UnB) desenvolvem um robô “cinegrafista” para laparoscopias abdominais, que são cirurgias guiadas por câmeras. Normalmente, a laparoscopia requer dois médicos: um para realizar a operação, e outro para segurar o endoscópio. O braço mecânico, que atende a comandos de voz e é chamado de “segurador de endoscópio”, substituirá o trabalho do segundo médico na cirurgia.

O médico proctologista, professor e especialista em cirurgias de laparoscopia Elias Couto cita uma das vantagens do dispositivo: “O braço robótico é estático e não possui o tremor natural das mãos”.

Dessa forma, incisões mais precisas são feitas no paciente, o que torna a cirurgia menos invasiva e acelera o processo pós-operatório, além de diminuir o risco de infecções e outras complicações recorrentes.

“A ideia de criar um robô para suprir o problema da fadiga dos médicos poderá melhorar o sistema atual desse tipo de cirurgia. É um trabalho ambicioso e bonito. Espero vê-lo em todos lugares dando certo”, diz o aluno de Engenharia Mecânica Pedro Perruci,

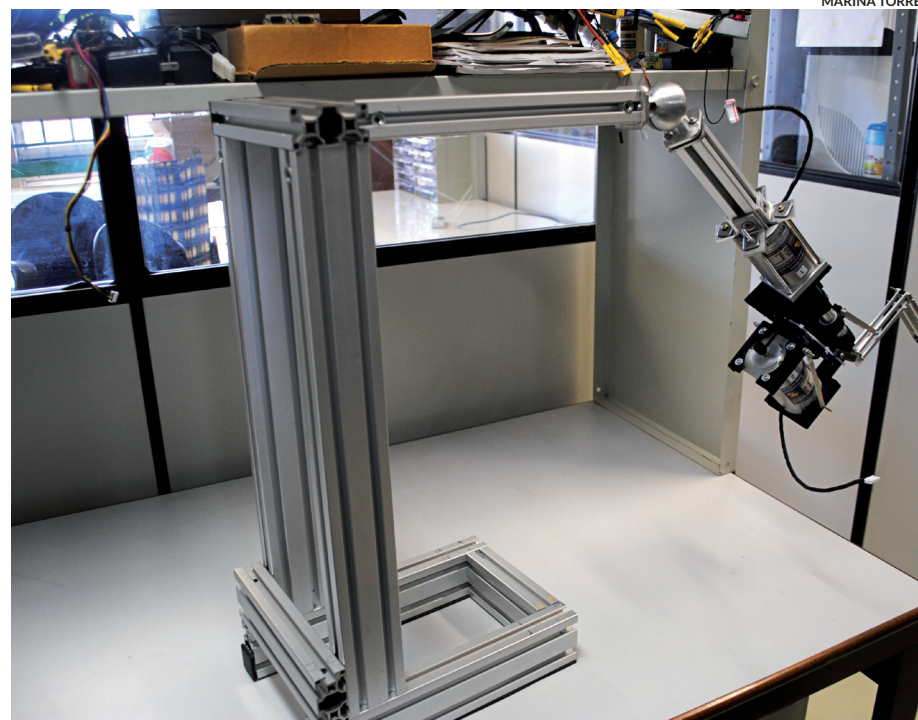
um dos integrantes da equipe responsável pela iniciativa.

Robôs que auxiliam em processos cirúrgicos já existem em outras partes do mundo. No entanto, o preço de importação pode chegar a 2 milhões de dólares. Por isso, os estudantes buscam criar uma tecnologia nacional, que seja mais barata e viável. “Com a criação desse dispositivo, o sistema público de saúde no Brasil irá melhorar e beneficiar os pacientes”, relata Couto.

A produção do Clara, nome dado ao robô, é feita no Laboratório de Automação e Robótica (LARA) no campus Darcy Ribeiro da UnB, e sua atual fase consiste no desenvolvimento de soluções para que o custo do produto seja reduzido.

A elaboração do projeto foi dividida em módulos a serem desenvolvidos em paralelo, para que, ao fim, ocorra a integração das peças, como em um quebra-cabeça. A cada evolução do protótipo, testes são realizados com simuladores cirúrgicos, que são uma caixa de acrílico com as dimensões da cavidade abdominal e tecido ex-vivo (peças de carne).

A montagem do aparelho permitirá que o endoscópio seja movimen-



O robô Clara permite automaticamente a centralização da imagem mostrada pelo endoscópio na ferramenta do cirurgião, desempenhando a função de um “cinegrafista”

tado a partir do comando do usuário. Tais comandos podem ser feitos por voz ou por meio do joystick bluetooth, um controle remoto acoplado à ferramenta do cirurgião.

Os módulos são integrados por meio de uma interface gráfica, na qual o cirurgião pode ajustar parâmetros do sistema de acordo com o procedimento que irá realizar.

Nesse protótipo, está sendo desenvolvido um simulador cirúrgico para treinamento, para que o usuário se familiarize com o joystick ao realizar cirurgias em um ambiente virtual.

CRONOLOGIA

O projeto, pioneiro no Brasil, é desenvolvido pela Faculdade de Tecnologia (FT) e o Departamento de Engenharia Elétrica (ENE), em parceria com o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sani-

“É um trabalho muito ambicioso e bonito. Espero vê-lo em todos os lugares dando certo”

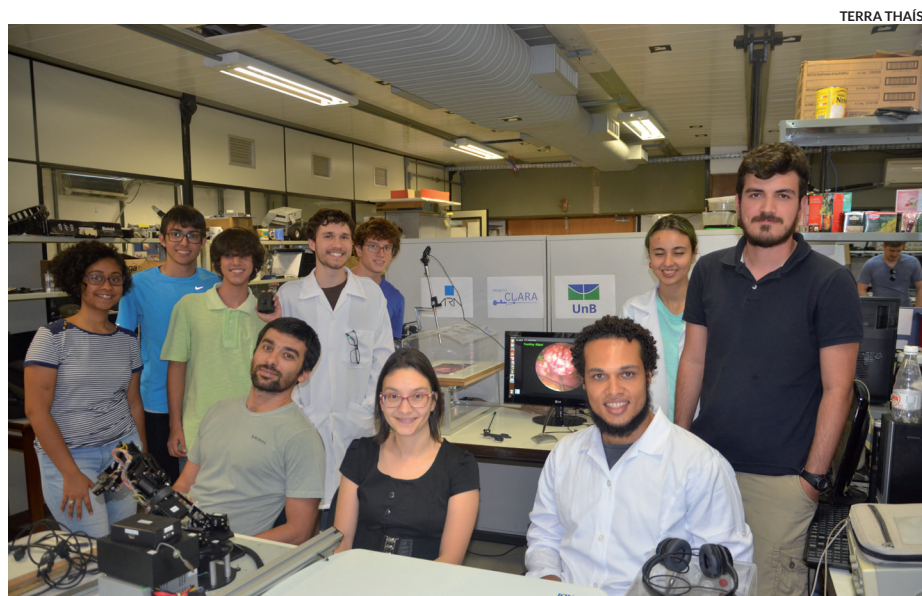
tária (Anvisa). A iniciativa surgiu em 2013 por meio de diálogos entre o ministério, os professores da UnB Mariana Bernardes, Geo-

vany Borges e Antônio Padilha e um grupo de estudantes.

Uma série de pesquisas foi feita antes da confecção do robô. Mariana Bernardes conta que as primeiras reuniões foram para avaliar e definir o que seria o projeto a ser desenvolvido.

Após três anos, 70% do projeto está concluído, e a previsão é que um protótipo funcional seja entregue no ano que vem ao ministério.

Para o professor Geovany Borges, a robótica é pouco explorada no Brasil e é uma área que fará parte do futuro. “A sociedade tem limitações e precisa do desenvolvimento de robôs de automação para propiciar qualidade de vida e aumentar a produtividade. A robótica é um futuro iminente”, afirma. ♦



Reunidos, os realizadores do projeto comemoram a montagem do robô Clara

CULTURA

Página 12

TRADIÇÃO VIVA

THAÍS ELLEN

Brasília, apesar dos seus 56 anos, guarda tradições antigas dos seus precursores. A cultura popular do Nordeste permanece viva na capital do Brasil. Um exemplo dessa raiz profunda é a forte presença do mamulengo na cidade. De acordo com o dossiê do Teatro Popular do Nordeste, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2015, existem oito grupos de mamulengos no Distrito Federal. O dado situa o DF como maior unidade da federação, fora do Nordeste, a abarcar essa expressão cultural. O boneco contador de histórias pode ser encontrado em regiões como Gama, Taguatinga, Samambaia, Sobradinho e no Plano Piloto.

Mamulengo, que vem da expressão “mão molenga”, é um termo geral utilizado para nomear os bonecos populares do Nordeste e na região Centro-Sul do país. São personagens fabricados de forma artesanal, geralmente em madeira e com tecidos bem rústicos que, para contar histórias, são manipulados com as mãos ou com o auxílio de varetas. O mamulengueiro não é apenas a pessoa que pratica a arte, mas é aquele que tem como filosofia de vida os fundamentos sociais da subsistência e a transmissão do conhecimento.

Um dos pioneiros da expressão cultural no DF, Chico Simões, fundador do Mamulengo Presepada na década de 1980, explica o motivo pelo qual a capital mantém esse sucesso com a cultura tradicional. “O brasileiro é muito eclético, não vemos preconceitos com o que é diferente na cidade. Na minha opinião, isso não iria acontecer em outro lugar do Brasil.” Simões é um dos principais responsáveis pela disseminação dessa tradição.

Robson Siqueira, fundador do grupo Pilombetagem, afirma que

se tornou mamulengueiro quando participava de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e viu uma apresentação do Chico Simões em um assentamento. Robson é originário da região administrativa do Gama. Ele conta que, apesar de o mamulengo ser uma expressão bastante antiga, ela precisa ser reinventada sempre, acompanhando o momento atual. Os grupos têm se diversificado quanto à forma de apresentar, divulgar e enriquecer o teatro.

Sem fugir dos contos antigos como as histórias do bumba meu boi, lendas do folclore e personagens fantásticos, as novas gerações do mamulengo também utilizam a internet, principalmente as mídias sociais, para divulgar seus trabalhos. Walter Cedro, do Mamulengo Sem Fronteiras, observa a importância das novas tecnologias para o seu trabalho. “Hoje é fundamental a gente ter uma página do Facebook, um blog e o canal do YouTube. Quando a gente se inscreve em festivais, a organização nos pede o link do vídeo e não mais um CD”, comenta.

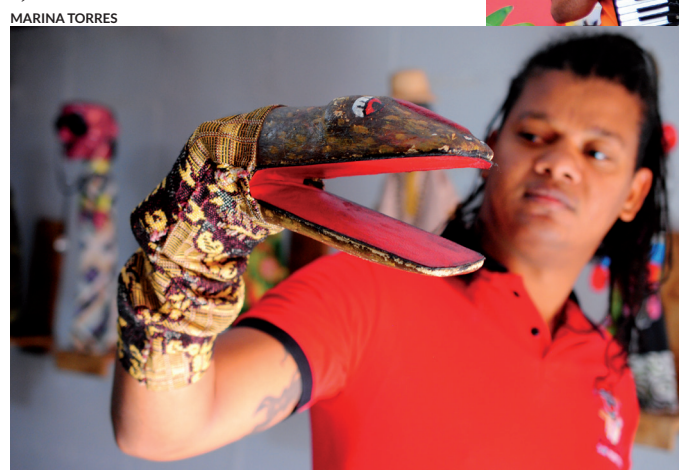
Outra adaptação feita por um artista local foi o pedal musical, que o ajuda a mudar a trilha sonora durante

o espetáculo. “Me chamam de mamulengueiro *high tech*”, brinca Josias da Silva, fundador do Grupo Mamulengo Alegria, de Taguatinga. Ele conta que o pedal é importante, pois originalmente o teatro de bonecos é realizado com uma banda de forró, mas ultimamente está muito caro manter uma equipe muito grande. “Quando a gente é convidado para ir a outro estado ou país, a gente precisa pagar passagem para todo mundo. Com o pedal eu posso ir sozinho ou com uma equipe menor.”

Muitos dos artistas se mantêm unicamente por meio do fazer artístico, como é o caso de Walter Cedro. “Mamulengo é minha vida e é o meu trabalho. Dinheiro é consequência”, diz. Ele conta que apesar de o cenário atual estar ruim economicamente eles continuam vivendo da arte. “Mesmo com a crise no país, existem alguns festivais de teatro, feiras de livros etc.,

que permanecem no calendário nacional. Essas iniciativas contribuem para a sobrevivência de vários grupos, inclusive o nosso”, explica Cedro.

É comum os artistas aumentarem o leque de atividades, como é o caso de Aguinaldo Algodão, do Grupo Universo Saruê, de Taguatinga. Ele também é artista plástico e ator, mas traz na cultura tradicional o seu alicerce. Já o bonequeiro Josias da Silva, do Grupo Mamulengo Alegria, é funcionário do Senado Federal. Se existe um consenso entre os artistas é em relação à crise econômica que prejudica, mas não amedronta a classe. “A gente está bem acostumado com o período das vacas magras. Fazemos o que fazemos por amor. Mesmo que esteja difícil, sempre vai ter uma escola pra apresentar, uma praça onde passamos o chapéu, por isso é um movimento resistente”, diz Chico Simões. ♦



À esquerda, Wagner Nascimento, do Mamulengo Sem Fronteiras, exhibe sua personagem: a serpente Anaconda. Acima, Wagner posa junto aos irmãos, todos integrantes do mesmo grupo

MARINA TORRES